

8 de outubro de 2007

Vossa Excelência
Deputado Ariosto Holanda
Câmara dos Deputados
Anexo III, Gabinete 375
Brasília - DF

Vossa Excelência
Deputado Rodrigo Rollenberg
Câmara dos Deputados
Anexo IV, Gabinete 662
Brasília - DF

Excelentíssimos Senhores Deputados,

Ref.: Brasil – PL 1120/07 – Projeto de Lei sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências

A Associação Internacional de Editores Científicos, Técnicos e Médicos (“STM”) é uma associação comercial global formada por aproximadamente 100 organizações de pequeno a grande porte, com e sem fins lucrativos, coletivamente responsáveis por mais de 60% da produção de artigos sobre pesquisas lançadas todos os anos no mundo inteiro. Essas editoras estão localizadas em 23 países diferentes e várias têm filiais no Brasil. Os objetivos da STM são os seguintes:

- auxiliar as editoras e seus autores nas atividades de disseminação dos resultados de pesquisas STM;
- auxiliar organizações nacionais e internacionais e empresas de comunicações a aprimorar a disseminação, armazenagem e recuperação eletrônicas de informações da STM;
- trabalhar com a Associação Internacional de Editoras (International Publishers Association, ou IPA) e associações de editoras nacionais e outras entidades governamentais e profissionais, sejam internacionais ou nacionais, envolvidas nessas atividades.

A STM apóia a ampla disseminação dos resultados de pesquisas científicas como princípio definidor do cenário de pesquisas de qualquer país.

A STM recomenda grande cautela na adoção entusiástica de medidas legislativas decretadas e irreversíveis que possam solapar a publicação e a disseminação de pesquisas de qualidade.

Por esse motivo, venho em nome da STM expressar às Vossas Excelências o nosso receio que o projeto de lei supra referenciado, se aprovado em lei, venha a prejudicar seriamente a ciência, autores, editoras, comunicações acadêmicas e o público em geral.

1. O Projeto de Lei prevê acesso público e repositório de publicações

O projeto de lei ora em tramitação no Congresso Nacional ordenaria a submissão de artigos publicados a um ou vários repositórios. A premissa fundamental do mesmo é que o acesso à pesquisa é melhor servido por esta obrigação imposta aos pesquisadores.

As editoras associadas da STM não favorecem um modelo de negócios em detrimento de outro. Na verdade, as editoras STM estão em processo de implementação ou testagem de diferentes maneiras de harmonizar a meta do acesso universal no âmbito das realidades econômicas, sem sacrificar a liberdade dos autores de publicar onde queiram.

A experimentação conduzida por editoras da STM com acesso público e repositórios mostra um contraste acentuado com as opiniões defendidas por proponentes do acesso público:

O acesso público e os repositórios são apresentados como alternativa preferível ao já consagrado modelo de publicação por assinatura. Os defensores de acesso público e repositórios insistem que esses modelos são superiores por três razões primordiais, a saber:

- Custam menos;
- Favorecem um acesso muito mais amplo ao conhecimento, acesso este que vai além do universo de assinantes;
- Possibilitam uma vitrine mais eficaz para a pesquisa realizada por autores brasileiros (inclusive maior impacto para citações e referências).

A STM argumenta que essas defesas ainda não foram testadas e que há necessidade de mais provas para atestar sua veracidade. As pesquisas e experiências acumuladas até agora não suportam de maneira alguma as vantagens apresentadas. Além disso, as medidas propostas no projeto de lei colocariam em perigo e prejudicariam as comunicações acadêmicas e publicações da STM.

2. A STM apóia a experimentação

Os entusiastas do acesso público e repositórios também alegam com frequência que já existe amplo consenso entre países sobre este modelo de negócios como modelo que deveria ser adotado, se necessário, por força de lei.

A STM recomenda cuidado pois esta assertiva é incorreta: a União Européia (UE), por exemplo, que é responsável no momento por 43% da produção global de pesquisas, está analisando cuidadosamente a situação. Os legisladores no nível da UE e dos estados membros da UE não têm indicação alguma de que as vantagens supostamente associadas ao acesso público e à publicação por repositórios venham a se materializar.

Assim sendo, a UE está meramente preparada para fazer experimentos, mas não para criar legislação definitiva e fazer leis que incluem decisões políticas difíceis de reverter.

A Alemanha, um dos motores de pesquisa do mundo, assim como o Reino Unido, chegaram à mesma conclusão em âmbito nacional.

Muitas editoras STM já criaram ou participaram de projetos piloto para testar a robustez e demanda para edição com acesso público. A STM teria todo prazer em estabelecer um diálogo com Vossas Excelências e com o governo brasileiro para ilustrar nossos argumentos e compartilhar experiências.

3. Correção de erros sobre acesso público e repositórios

Mesmo sendo neutra em termos de modelos de negócios, a STM sente que deve reagir a algumas das argumentações sem fundamento em que se baseiam as freqüentes tentativas de convencer legisladores sobre as vantagens da edição com acesso público e repositórios.

- **Acesso público não custa menos**

Os indícios disponíveis hoje mostram que **as avaliações iniciais de custo de publicações com acesso público foram apresentadas de forma extremamente atenuada. Os custos verdadeiros têm que ser constantemente revisados para maior.**

Exemplo 1: a Public Library of Science (PLOS), importante editora de acesso público sediada nos EUA, foi forçada a aumentar seus honorários para autores de US\$ 1.500 para US\$ 2.500 para poder chegar a um ponto de equilíbrio de receita e despesa. Mark Patterson, Diretor de Publishing da empresa, chegou a afirmar no início deste ano que a PLoS irá depender de “apoio filantrópico em forma de grants (verbas) para o futuro próximo” (sic!)

Exemplo 2: a BiomedCentral, outra grande editora de Acesso Público sediada no Reino Unido que solicita a suas bibliotecas associadas que cubram as taxas cobradas por página por seus autores, aumentou consideravelmente suas demandas. Isso acabou por forçar algumas bibliotecas associadas, inclusive as prestigiosas Cushing/Whitney Medical Library e Kline Science Library (anexa à Universidade de Yale) a sustar o apoio que prestavam aos esforços de edição em acesso público da BioMed Central. As taxas por página a pagar por essas bibliotecas aumentaram de US\$ 4.500 para mais de US\$ 60.000, entre 2005 e 2007. Diante desses custos explosivos, as bibliotecas envolvidas decidiram interromper o exercício.

Os dois exemplos mostram que precisaremos de mais tempo e que até agora os modelos de negócios viáveis para edição em acesso público permanecem ilusórios. As pesquisas publicadas em *journals* de acesso público só podem ser disponibilizadas em caráter de longo prazo sustentável se houver um alto grau de certeza de que não haverá implosão dos modelos empregados no momento.

A verdade pura é que não existe prova de que a edição em acesso público seja uma maneira mais barata de financiar publicações com qualidade controlada.

- **Acesso público e repositórios são incapazes de preencher a lacuna do conhecimento**

As editoras STM fazem experimentos com modelos inovadores de publicação, mas **forçar conteúdo para repositórios sem a cooperação voluntária da rede completa de comunicações acadêmicas não surtirá os resultados prometidos.**

Fato: hoje em dia os repositórios cobrem 2% das pesquisas publicadas. Quando o acesso é subótimo, é muito melhor trabalhar com editoras para localizar e preencher as lacunas específicas que permanecem do que obrigar os autores a fazer depósitos em repositórios para tentar preencher a atual lacuna repositória de 98%. É inconcebível pensar que esta lacuna de 98% seja algum dia preenchida e as tentativas de preenchê-la abririam o sistema para uma epidemia potencial de plágio e outras formas de corrupção evitadas pela maioria dos modelos de edição correntes.

Fato: os documentos deixados em repositórios geralmente são desprotegidos e podem ser alterados para criar diferenças entre os mesmos e as versões publicadas, que eram sujeitas a rigorosos controles de revisão por pares. Como resultado, os documentos mantidos em repositórios não proporcionam aos leitores os altos níveis de garantia de qualidade que os artigos revisados por pares proporcionam nos sites das editoras na Internet. Não há maneiras pelas quais as editoras ou instituições brasileiras possam monitorar todos os diversos repositórios e os materiais neles contidos para garantir precisão e autenticidade.

Fato: o financiamento da pesquisa de maneira pública exige recursos arrecadados por impostos. O trabalho adicional de selecionar as pesquisas dignas de publicação exige ainda mais recursos arrecadados por impostos. O projeto de lei, se aprovado, teria o efeito de desviar os gastos com financiamento de pesquisa, que é item número um na lista de questões importantes para pesquisadores, para tentativas de melhorar acesso, que é item número doze da mesma lista.

Fato: os custos futuros para manter e administrar repositórios serão ainda maiores do que os custos para estabelecê-los. Serão necessários experiência técnica e recursos significativos para desenvolver e manter repositórios ao longo do tempo. Esses fatores ainda não foram estudados ou estimados com suficiente precisão.

Na opinião da STM, compartilhada pelas partes encarregadas de tomada de decisões na UE, será preciso um trabalho maior sobre a sustentabilidade a longo prazo dos repositórios públicos e o custo/benefício da mesma para as organizações fundadoras. Seria imprudente adotar o projeto de lei sem compreender os efeitos de custo.

- **Os autores não filiados a instituições ricas serão os perdedores. Dominarão os autores do Norte.**

O problema de leitores com recursos limitados não pode ser resolvido com a transferência do problema para os pesquisadores-autores com recursos limitados. Autores do Sul (e do Norte) merecem a liberdade de decidir quando, como e onde publicar. Autores precisam de exposição nas melhores publicações. Os autores brasileiros não deveriam ser impedidos por políticas decretadas, que tornarão seus artigos impubescíveis por carência

de recursos (por ex., US\$ 2.500 por artigo de acesso público) ou ter sua produção intelectual apropriada à força (submissão mandatória para repositórios).

A STM acredita que o sistema através do qual são publicadas informações científicas é crucial para a validação e disseminação das mesmas e tem um impacto primordial na excelência e reconhecimento da pesquisa e seus efeitos. Isso é verdade, tanto no ambiente de pesquisa do Brasil, quanto no de qualquer outro país.

A STM ressalta, ainda, a opinião do Conselho Europeu de Pesquisa (entidade europeia financiadora de pesquisa de ponta sob os auspícios do Programa de Sétimo Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Europeia) que enfatiza "... a importância fundamental dos *journals* com revisão por pares é garantir a certificação e disseminação da pesquisa científica de alta qualidade".

Negar aos autores brasileiros a oportunidade de publicar nesses *journals* forçando-os a usar um modelo de publicação em repositórios estatais ou institucionais não aumentará a visibilidade do excelente ambiente de pesquisa brasileiro.

4. Conclusão

A STM recomenda com insistência que Vossas Excelências reconsiderem o projeto de lei e as medidas propostas no mesmo. Na opinião da STM, as alegações feitas a favor do acesso público e repositórios permanecem não comprovadas. Os modelos atuais de edição são demasiadamente valiosos e eficientes para serem postos em perigo em favor de vantagens muito incertas. Precisamos coletar mais provas antes de promulgar leis. Esta é a posição defendida em muitas partes do mundo, inclusive na União Europeia.

Pedimos encarecidamente a Vossas Excelências que levem em consideração os pontos que aqui levantamos e nos colocamos prazerosamente à sua disposição para discutirmos qualquer aspecto dos mesmos com Vossas Excelências, assim como os objetivos do projeto de lei.

Atenciosa e cordialmente,



Michael Mabe,
Chief Executive Officer

Cc: Ana Maria Cabanellas, Presidente, IPA
Claudio Rothmuller, Presidente, Elsevier, Brasil
Editor Blucher, Brasil
Associação Anecta, Brasil